

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE PARINTINS – CESP
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

RAIMUNDO MAYCON MORAES DE SOUZA

**UNIDADE PRISIONAL DE PARINTINS: UM ESTUDO SOBRE AS RELAÇÕES DE
PODER DENTRO DO AMBIENTE CARCERÁRIO**

Orientador: Prof. Msc. Diego Omar

PARINTINS/AM
2020

RAIMUNDO MAYCON MORAES DE SOUZA

**UNIDADE PRISIONAL DE PARINTINS: UM ESTUDO SOBRE AS RELAÇÕES DE
PODER DENTRO DO AMBIENTE CARCERÁRIO**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC),
apresentado como parte dos requisitos para
obtenção do título de Graduação em Licenciatura
em Geografia pelo Centro de Estudos Superiores de
Parintins, Universidade do Estado do Amazonas
(CESP/UEA), sob orientação do Prof. Msc. Diego
Omar, Professor adjunto do colegiado de História.

PARINTINS/AM
2020

DEDICATÓRIA

Dedico o presente trabalho aos meus pais, FRANCISCO ALVES DE SOUZA e MARIA EMILIANA DA SILVA MORAES que são os meus maiores exemplos de vida, na busca de novos conhecimentos, com muita sabedoria, discernimento, bom senso e dedicação, apoiando-me nos momentos difíceis e com sorrisos e aplausos nos momentos de vitórias, apesar da distância sempre presentes. Obrigado por sempre estarem presentes na minha caminhada.

AGRADECIMENTOS

Acima de tudo, agradeço a Deus por me conceder a oportunidade de superar este momento, onde seus processos foram de angústias e dificuldades. Me proporcionando a superação dos obstáculos os quais insistiam em me retirar as forças e conseqüentemente queriam me fazer desistir.

Aos meus familiares e amigos que se fizeram presentes constantemente durante esta caminhada cheia de obstáculos, sendo partes inerentes da minha trajetória nestes anos, em especial aqueles que continuam junto a mim, me apoiando e incentivando a todo momento.

Agradeço a todos os professores do colegiado de Geografia do Centro de Estudos Superiores de Parintins CESP/UEA, que tornaram possível este momento, a partir dos seus encaminhamentos, assim alcançar essa fase na graduação.

De modo especial agradeço ao meu orientador professor Msc. Diego Omar, por toda paciência, dedicação, estímulo e acima de tudo por acreditar em minha capacidade para realizar e conquistar a mais esta etapa da minha vida.

Eu Raimundo Maycon Moraes de Souza, agradeço ainda de modo muito especial.

Ao senhor Francisco Alves de Souza, meu pai e a senhora Maria Emiliana da Silva Moraes, minha mãe, pelo apoio em todos os momentos, mesmo apesar do grande obstáculo geográfico os mesmos se fazem presentes constantemente em meus pensamentos, na saudade e nas minhas orações, pois, sempre desejaram o melhor para todos os seus filhos.

A minha esposa Juliana Cunha Mendonça, pelo apoio e compreensão, nos momentos difíceis a quem eu recorria, pois, sempre com a certeza que estaria disposta a me ajudar. A minha filha Yasmim Mendonça de Souza (tesouro) e Isabelly Mendonça de Souza (tesourinho), que são minha fonte de energia todos os dias, e também, razão de estar nesta caminhada buscando um futuro mais seguro.

Agradeço a todos os meus colegas e amigos que conheci na faculdade, de modo muito especial e com grande carinho a Wilhame Reis (compadre), Salomão Natividade, Alberto Batista, Erick Luiz, Jocifran Esteves pela parceria nos trabalhos e pela amizade que juntos construímos.

Deste modo, a todos deixo minha gratidão. Muito obrigado.

RESUMO

Realizar um estudo que abarca as relações territoriais que se desenvolve no ambiente carcerário, requer o entendimento que os processos que acontecem no espaço geográfico precisam ser analisados a partir de diversos fatores, os quais corroboram na união das informações que estão espreiadas para sua organização dentro do espaço. O presente estudo busca, a partir da problemática do tráfico de drogas ilícitas no município de Parintins/AM, as relações territoriais produzidas e reproduzidas dentro do ambiente da Unidade Prisional de Parintins (UPPIN), assim, analisando o “Poder” que tal problemática exerce a partir de sua dinâmica sobre o espaço o transformando. O objetivo do presente é realizar um estudo no qual evidencie as relações territoriais que se estabelecem no espaço geográfico buscando uma aproximação da teoria dos conceitos que estão permeados no tráfico de drogas ilícitas, bem como compreender a dinâmica espacial de tal prática nas variadas relações de grupos ou classes sociais. Para a pesquisa cumprimos como procedimentos metodológicos duas etapas, a primeira etapa vislumbra a revisão bibliográfica de autores que tratam do assunto das relações sociais que se desenvolvem no espaço, que se materializam em território, e relacionam o mesmo à dinâmica do tráfico de drogas ilícitas; a segunda etapa marca os trabalhos in loco para compreender de maneira mais profunda a dinamicidade da área de estudo, e assim, relacionar com a teoria desta realidade. Portanto, o trabalho realizado vem propondo colaborar nos estudos no que diz respeito ao território, porém ligado ao que concerne segurança pública, ao qual o elemento pesquisado se coloca no contexto urbano, e esta investigação se constitui na ciência geográfica. Nesse sentido, realizar um estudo que diz respeito ao tráfico de drogas e as relações territoriais que o mesmo produz e reproduz em um ambiente carcerário perpassa por diversos desafios, um deles é a questão metodológica não definida na Geografia, e, talvez o mais desafiador é que a venda e o consumo de drogas dentro da Unidade Prisional é uma atividade que transforma as relações sociais dentro e fora deste ambiente. Contudo, a Unidade Prisional de Parintins busca cumprir com suas atribuições para com a sociedade oferecendo aos presos projetos que visam a reabilitação dos mesmos no quadro social buscando a viabilização da convivência dos detentos junto a sociedade.

Palavras-chave: Relações Territoriais. Tráfico de Drogas Ilícitas. Espaço Carcerário.

ABSTRACT

Conduct a study that addresses the territorial relations that develop in the prison environment requires the understanding that the processes that take place in the geographical space need to be analyzed from several factors which corroborate the union of the information that is spread for your organization within the space. The presente study seeks based on the problem of illicit drug trafficking in the municipality of Parintins/AM the territorial relations produced and reproduced within the environment of the Parintins Prison Unit (UPPIN) thus analyzing the Power that such problem exercises from its dynamics about space transforming it. The objective of the presente is to carry out a study in which it evidences the territorial relations that are established in the geographical space seeking na approximation of the theory of the concepts that are permeated in the illicit drug traffic as well as understanding the spatial dynamics of such practice in the varied relationships of groups or social classes. For the research we followed two stages as methodological procedures the first stage envisages the bibliographic review of authors who deal with the subject of social relations that develop in space which materialize in territory and the second stage marks the work in lócu to understand in a deeper way the dynamics of the study área and thus with this theory this reality. Therefore the work carried out has been proposing to collaborate in studies with respect to the territory but linked to what concerns public security to which the researched elemento is placed in the urban contexto and this investigation is constituted in geographic science. In this sense conducting a study that concerns drug trafficking and the territorial relations that it produces and reproduces in a prison environment goes through several challenges one of which is the methodological issue not defined in Geography and perhaps the most challenging is that the sale and consumption of drugs within the Prison Unit is na activity that transforms social relations within and outside this environment. However the Parintins Prison Unit seeks to fulfill duties towards society by offering to prisoners projects aimed at rehabilitating them in the social framework seeking to make detainees aware of their society.

Key Words: Territorial Relations. Illicit drug Trafficking. Prison Space.

LISTA DE SIGLAS

ASP - Agente de Segurança Penitenciária

CESP - Centro de Estudos Superiores de Parintins

CNPCP - Conselho Nacional de Política Criminais e Penitenciarias

CRPM - Constituição do Regime Militar

CP - Código Penal

ESAP - Escola de Educação Penitenciária

LEP - Lei de Execução Penal

PRPL - Projeto Remição de Pena pela Leitura

PTL - Projeto Tecendo a Liberdade

SEJUS - Secretaria de Justiça

SEAP - Secretaria de Estado de Administração Penitenciária

SSP - Secretaria de Segurança Pública

UPPIN - Unidade Prisional de Parintins

UEA - Universidade do Estado do Amazonas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
-----------------	----

CAPÍTULO 1

1. BRASIL E OS MODELOS PRISIONAIS: UMA BREVE ABORDAGEM EM SEU HISTÓRICO.....	11
--	----

1.1 As estruturas físicas para o cumprimento das penas.....	12
---	----

1.2 Unidade prisional de Parintins uma breve descrição de suas estruturas.....	14
--	----

1.3 Problemáticas inerentes ao funcionamento da Unidade Prisional de Parintins.....	16
---	----

1.4 As dificuldades e desafios dos agentes penitenciários da Unidade Prisional de Parintins.....	18
--	----

CAPÍTULO 2

2. TERRITÓRIO: CONCEITO E CATEGORIA CORRELAÇÃO QUE CONFUNDE NO ESPAÇO GEOGRÁFICO.....	21
---	----

2.1 O território e suas variações de leitura no seu conceito.....	22
---	----

2.2 Desdobramentos do território.....	25
---------------------------------------	----

2.3 Os diferentes tipos de território.....	27
--	----

CAPÍTULO 3

3. PODER E TERRITÓRIO UMA RELAÇÃO PRESENTE NA UNIDADE PRISIONAL DE PARINTINS-AM.....	30
--	----

3.1 GEOGRAFIA E DROGA: as dificuldades na produção geográfica a respeito do tráfico de drogas ilícitas.....	31
---	----

3.2 OS PRESOS: Relações dentro do território.....	33
---	----

3.3 OS PROJETOS DA UNIDADE PRISIONAL: possibilidades para a reinclusão na sociedade.....	36
--	----

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
---------------------------	----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	40
---------------------------------	----

INTRODUÇÃO

Um dos assuntos que mais se discute dentro da política brasileira diz respeito ao sistema penitenciário, e por meio dessa discussão tornam-se visíveis a complexidade do debate sobre esta temática. O presente trabalho traz um estudo sobre as tipologias de relações que se realizam dentro do Sistema Carcerário do Município de Parintins/AM. Convivemos com diferentes tipos de territórios produtores e produzidos por relações sociais distintas, que são disputados cotidianamente.

O Sistema Carcerário de Parintins assim como uma grande parte do Sistema Carcerário brasileiro passa por muitas dificuldades nos mais diversos âmbitos formadores de seu quadro funcional, talvez os mais visíveis pela sociedade seja o da superlotação do contingente encarcerado e o pouco efetivo profissional para trabalhar neste tipo de ambiente, citamos aqui o pouco número de Agentes Penitenciários ou denominado popularmente “Carcereiro”. Para Correia (2006), o Brasil deveria conter no quadro geral de Agentes Penitenciários com no mínimo 100 mil agentes, mesmo assim, seria muito pouco para uma massa encarcerada que ultrapassa esses números. Esse quantitativo retrata algo que conhecemos superficialmente, há um número reduzido de profissionais agentes, de segurança penitenciária para uma massa carcerária excedente em quase todas as penitenciárias do país, isso sem falar nas delegacias, na superlotação, porém nesse caso vale frisar que a estadia é provisória, ou temporária, a grande maioria dessa massa carcerária se concentra nos presídios dos grandes e pequenos centros.

A partir de uma relação direta com esse ambiente surge a ideia de realizar um estudo sobre o assunto do qual é proveniente das relações dos grupos sociais. Com o objetivo de realizar reflexões sobre as mais diversas formas de relações territoriais que são desenvolvidas pelos diversos sujeitos, enfatizando os aspectos que contribuem para a formação desses territórios dentro de uma Unidade Prisional. Aprofundando dentro desta temática a leitura da produção espacial e territorial, promovida pelas conflitualidades das classes que se relacionam no ambiente, na qual a convivência é diária.

Os estudos no que diz respeito as relações territoriais, bem como a sua formação não são mais uma novidade, grandes obras já foram construídas por grandes autores dentre eles Fernandes (2008), Haesbaert, Saquet, Lefebvre, Raffestin (1993) enfim, pesquisadores que já contribuíram ou que ainda contribuem para o entendimento sobre a diversidade de territórios. Fazendo uso destes como apoio bibliográfico, trazemos para o campo das discussões

geográficas, na academia o que podemos denominar de novidade no que diz respeito a categoria do espaço geográfico território.

Para uma definição mais redundante a metodologia utilizada neste trabalho foi desenvolvida em duas fases distintas e que se caracterizam pelo complemento entre as duas. Na primeira fase realizou-se uma breve revisão bibliográfica para mais aprofundamento sobre o tema em foco, a partir de estudos dos diversos autores que contribuíram significativamente e enriquecendo o debate. A segunda fase do trabalho se constitui na organização do mesmo que está estruturado em três sessões. A primeira sessão diz respeito ao estudo do Sistema Penitenciário nas dimensões federal, estadual e municipal. A segunda sessão concerne ao debate sobre o conceito de território e suas relações no âmbito Geográfico, bem como suas tipologias. A terceira e última sessão, compreende as relações que se desenvolve dentro deste ambiente que pode ser considerado como um território com territorialidades e ainda traçamos algumas considerações finais abarcando a temática.

Assim, consideramos que as diferentes relações sociais realizadas pelas diferentes classes sociais que ocorrem no território advêm das diferentes conflitualidades a partir das intenções das multiterritorialidades, geradas pelos distintos sujeitos ou grupos sociais. Portanto, com a pesquisa acreditamos contribuir para novos estudos nos quais as perspectivas das análises estejam voltadas para a temática em pauta, bem como o mesmo pode colaborar enquanto bibliografia de suporte para estes novos estudos.

1. BRASIL E OS MODELOS PRISIONAIS: UMA BREVE ABORDAGEM EM SEU HISTÓRICO

Um dos assuntos que mais se discute dentro da política brasileira diz respeito ao sistema penitenciário, e por meio dessa discussão tornam-se visíveis a complexidade do debate sobre esta temática. Os espaços carcerários sempre estiveram presentes ao longo de toda a história da humanidade, [...]. Entretanto esta temática ainda permanece periférica não apenas da Academia, mas da sociedade em geral (FIORAVANTE, 2011, p. 24).

É um assunto muito recorrente, por causa de todos seus conflitos, diante de sua trajetória desde seu surgimento no Brasil no século XIX de prisões com celas individuais e que com a instituição do código Penal de 1890, permitiu o estabelecimento de novas modalidades de prisão. FERNANDES & RIGHETTO (2013, p.117) afirmam que, o direito penal brasileiro passou por inúmeras, evoluções ao longo dos anos, onde as práticas punitivas eram mais severas e cruéis e o crime era confundido com o pecado e ofensa moral.

Segundo MACIEL, 2006 as primeiras instalações de prisões no Brasil foram instauradas pelas Ordenações Reais do Brasil-Colônia, sendo três no total: a primeira dá-se antes do período colonial nos anos de 1446, que já funcionava em Portugal e foi transferida para a nova colônia o atual Brasil, denominada Ordenação Afonsina; as Ordenações Manuelinas dos anos 1521 e as Ordenações Filipinas dos anos 1595.

No Brasil colonial as três ações penais consistiam da seguinte: nas *Ordenações Afonsinas*, os acusados eram aprisionados na espera de sua punição que eram regidas por punições corporais, flagelo dos acusados. As *Ordenações Manuelinas*, possuíam características parecidas com as da era Medieval e misturava crimes de ordem religiosa, e eram punidos pelo Estado. As *Ordenações Filipinas*, marcada por um rigor na aplicação dos açoites morais e punições corporais extremamente severas. Esta última também é lembrada pela pena de morte que foi aplicada em Portugal e conseqüentemente em sua colônia o Brasil.

As penas previstas nas Ordenações Filipinas eram consideradas severas e bastante variadas, destacando-se o perdimento e o confisco de bens, o desterro, o banimento, os açoites, morte atroz (esquartejamento) e morte natural (forca). Mas, como típica sociedade estamental da época, não poderiam ser submetidos às penas infamantes ou vis os que gozassem de privilégios, como os fidalgos, os cavaleiros, os doutores em cânones ou leis, os médicos, os juízes e os vereadores (MACIEL, 2006).

As diretrizes Filipinas só foram revogadas – ainda que lentamente – com a independência do Brasil em 1822, e as inovações começaram a ser introduzidas em 1830 com a criação do Código Criminal do Brasil Império. Conforme a sociedade avançava lentamente

no âmbito dos direitos civis, a pena de morte permaneceu no código de 1832, e foi abolida somente por D. Pedro II (CANTO, D. apud CALIXTO, A. 2009).

Após a proclamação da república e a queda das ações penais que vigoravam no Brasil o sistema penitenciário brasileiro segue se modificando período após período. Segundo Citelli (2018), em 1934, uma nova Constituição brasileira foi concebida pelo então presidente Getúlio Vargas, a mesma adotava novas diretrizes como execução de mandado de segurança e coibição de movimentos subversivos na esfera social e política.

Com a morte de Vargas e outras movimentações no âmbito social no Brasil, a pena de morte permanece proibida na promulgação da nova Constituição. Esta terá breve tempo de vida, sendo novamente rebaixada em 1964, com a nova, violenta e retrógrada Constituição do Regime Militar, que tem como característica a ditadura (CITELLI, 2018, p. 52).

Nesse sentido a política do sistema penitenciário vai se estabelecendo de acordo a necessidade que a realidade impõe, dentro de um contexto sociopolítico de seu país, mesmo que não fossem aplicadas a todos. Visando garantir principalmente os princípios humanitários da Constituição do Brasil de 1988 incorpora em seus artigos metas já impostas.

Diante da instabilidade da política brasileira, somente em 1988 uma nova Constituição foi promulgada, que se mantém até os dias de hoje (2018), e terá enormes avanços sociais, culturais e políticos. Porém, no tocante às questões penitenciárias e da segurança pública, a Lei de Execução Penal (LEP) foi elaborada nos quatro anos que antecederam a Constituição Cidadã. A LEP pode ser vista como uma “revitalização” das execuções penais. (CITELLI, 2018, p. 52)

Assim o sistema penitenciário brasileiro foi se moldando e ao mesmo tempo se espraiando por todo o território do Brasil. As análises que se faz das leis que envolvem a atual conjuntura penal e segurança pública do país, foram evidenciadas durante seu desenvolvimento constantes instabilidades e complexidades. Nesse sentido a mesma instabilidade que podemos encontrar na firmação das leis podem ser constatadas nas instalações físicas do sistema carcerário do país.

1.1 As estruturas físicas para o cumprimento das penas

As estruturas físicas das instituições penais acompanhavam e deveriam ser de acordo com os meios legais vigentes e as mesmas tinham que estar de acordo para as execuções das penalidades. Portanto suas estruturas seguiam moldes que possuíam dupla função, ser Cadeia Pública e também Câmara Municipal. Depois da institucionalização do Código de 1890, o

projeto carcerário deveria seguir formas de: Espinha de peixe, pavilhões, Panópticos e Institutos Penais Agrícolas (CITELLI, 2018, p. 56).

No Brasil antes da instauração do código de 1890 que traz as formas estruturais das unidades prisionais, na cidade do Rio de Janeiro tinha uma unidade que já era na forma Panópticos (forma circular onde permite uma visão total da estrutura) e que apesar de suas fragilidades possuía um caráter de exemplo de presídio para o país.

No estado de São Paulo também tinha sua Casa de Correção no período Brasil colônia, que anos mais tarde acaba se tornando o Presídio de Tiradentes, nele eram realizadas as detenções de arruaceiros e também de escravos fugitivos. Em 1905, já movida pela denúncia do déficit nas vagas penitenciárias, é autorizada a construção da Penitenciária do Estado, na cidade de São Paulo (SANTIS, B.; ENGBRUCH, W, 2012).

Para finalizar as evidencias das estruturas prisionais brasileira abordamos as ideias do arquiteto Ramos de Azevedo. Que propunha a elaboração de prisões com o propósito de reabilitação e reeducação social de presos, de acordo com o que se desejava com o Código Penal de 1890. Assim deu-se início a construção do que viria se chamar de Ilha de Anchieta, localizada no litoral norte de São Paulo. E teve a seguinte sequência em suas atividades.

A penitenciária – que acomodava de 19 a 30 presos por cela – foi desativada, mas reativada 14 anos depois, em 1928, para abrigar presos políticos. Em 1942, possuía uma população de 273 presos e passou a ser chamada de Instituto Correcional da Ilha de Anchieta, mas após uma sangrenta rebelião em junho de 1952, foi desativada permanentemente (SISTEMAS..., [201_]).

Assim conforme as intensas construções dos aparatos prisionais no Brasil, que ao longo dos anos só crescem desde o seu surgimento, tanto que os espaços geográficos e sociais acabam se tornando elementos importantes e inerentes para tal fim. Deste modo, o universo carcerário tende sua expansão territorial para áreas interioranas das cidades centrais do Brasil bem como para outros estados brasileiros como o caso do Amazonas e também seus municípios.

Deste modo, o que podemos assinalar é que as estruturas prisionais brasileiras eram ativadas visando uma população cuja sua numerosidade fossem pequena, porém não é o que ocorre desde o período antecedente ao Código Penal, as Unidades Prisionais pelo Brasil estavam e ainda funcionam acima de suas capacidades, ou seja, estão superlotadas.

Segundo os dados do Infopen de 2019 o qual aponta o Brasil com uma população encarcerada em ambientes penais e em outras carceragens de 773. 151 pessoas privadas de liberdade somado todos os regimes penais, considerado somente a população das Unidades Prisionais sem contar os presos de delegacias o Brasil detém de 758.676 pessoas presas.

Assim, o Brasil no ranking de países que possuem maior número de pessoas presas do mundo ocupa o 3º lugar, atrás do Estados Unidos com 2,1 milhões e China com 1,7 milhões de encarcerados, segundo dados do World Prison Brief. Esses levantamentos de dados mundial são realizados pela ICPR (Institute for Crime & Justice Research) e também pela Birkbeck University of London.

Contudo esses números que fazem o Brasil manter-se em 3º lugar no ranking mundial representa um aumento de 8,6% em relação ao ano de 2018. Estes dados representam ainda uma política criminal populista e acima de tudo ineficaz, fazendo do Brasil um país que encarcera muito e de maneira desordenada, não oferecendo condições básicas em suas estruturas prisionais.

As coisas não estão muito longe da igualdade no Estado do Amazonas com relação ao restante do Brasil, este estado que configurou como o mais lotado no ano de 2017 no ano de 2020 volta a possui um aumento com cerca de 171,4% espalhado em todo o estado, segundo dados da Secretaria de Segurança Pública – SSP de 2020.

Na atualidade, o estado possui uma população carcerária de 9. 522 presos para uma capacidade de 3. 508 vagas nas unidades penais. As delegacias do Amazonas apresentam uma população carcerária estimada em 1,1 mil presos, pois sem vagas nas Unidades Prisionais os mesmos permanecem nas delegacias dos municípios.

1.2 Unidade prisional de Parintins uma breve descrição de suas estruturas

Parintins, município localizado no interior do Estado do Amazonas com cerca de 370 km em linha reta de distância da capital Manaus, possui, segundo dados da última estimativa do senso realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE de 2019 uma população de aproximadamente 115 mil habitantes distribuídos nas áreas urbana e rural.

Este município que é terceiro maior em termos populacionais do estado amazonense ficando atrás apenas da capital Manaus e do município de Itacoatiara, possui uma população carcerária, não diferente de todo o Brasil acima de sua capacidade tanto na delegacia quanto em sua Unidade Prisional. A delegacia interativa, cuja a qual, no mesmo prédio funciona a delegacia da mulher com 08 celas, 02 salas para o administrativo e 01 sala para acareação, registra uma totalidade de 32 presos quase que diariamente, abrigando assim, o precedente para uma população carcerária excedente, mesmo que provisória.

Segundo o último levantamento realizado por meio da Medida de Segurança DIP-06 em 29 de Novembro de 2020, na Unidade Prisional de Parintins está registrado uma totalidade

de 149 presos, distribuídos nas seguintes penas: provisórios masculino 26; condenados masculinos 19 e condenados feminino 01; semiaberto masculino 47 e semiaberto feminino 02; aberto masculino 19; domiciliar masculino 26 e domiciliar feminino 09.

A Unidade Prisional de Parintins localiza-se na Avenida Nações Unidas, número – 1842, bairro - Centro. O prédio no qual funciona esta instituição penal era a antiga delegacia que funcionou por mais de vinte anos, no ano de 2001, a mesma foi transformada/adaptada em uma Unidade Prisional, passando a funcionar juntamente com a delegacia a qual funcionavam sob a responsabilidade da Secretaria de Justiça/SEJUS e os presos de ocorrências estavam sob a responsabilidade da Secretaria de Estado de Segurança Pública/SSP-AM, no decorrer dos anos a delegacia foi transferida para o Bairro do Itaúna II, Rua Irmã Cristine que hoje é a 3ª Delegacia Interativa de Polícia- DIP, nas estruturas acima descrita.

A Unidade Prisional de Parintins dispõe na sua estrutura física de 01 pavilhão para presos provisórios com 06 celas, 01 pavilhão para presos condenados com 04 celas e mais um salão dentro do referido pavilhão, 01 cela para os presos que cometem o crime de estupro e violência doméstica, 01 cela para os presos com mais de 60 anos de idade e enfermos, 01 cela para detentas.

A estrutura distribuída na Unidade Prisional no que diz respeito ao quadro profissional é constituída de um Diretor, um agente administrativo e cinco agentes penitenciários, pelo contingente interno da unidade esse efetivo profissional é considerado reduzido, nesse sentido a Polícia Militar do município de Parintins disponibiliza apoio com dois Sargentos que executam a função de motorista/escortantes quando necessário.

Mesmo com a falta de um número satisfatório no quadro profissional e no quadro físico estrutural a Unidade Prisional realiza um trabalho previsto no Código Penal, buscando a ressocialização dos indivíduo(a)s presos. A Unidade Prisional que hoje funciona é resultado de uma Delegacia de Polícia que antes funcionava no prédio.

Assim como todas as instituições que se constituem de fatos históricos, a Unidade Prisional de Parintins também possui seus fatos, ou seja, trazem consigo uma história que auxilia na compreensão de sua gênese, existência e função social. Para a caracterização da função social de uma Unidade Prisional Canto (2015) faz a seguinte ponderação sobre a questão que se levanta.

A função social difere uma instituição da outra, podendo assim estar relacionada a interesses particulares ou coletivos, agregadas a questões socioeconômicas, culturais, políticas e religiosas. Salientando que toda instituição tem tendência de “fechamento” sendo que algumas tendem a ser mais fechadas que outras. As prisões possuem o caráter de fechamento total e

por isso é denominada por Foucault (1987) como: *instituição total*. (CANTO, 2015 p. 04).

Após as medidas tomadas pelo Governo do Estado do Amazonas, no ano de 2015 foi extinta a SEJUS (Secretaria de Justiça) e criada a SEAP (Secretaria de Estado de Administração Penitenciária). Desde então a mesma vem desenvolvendo o trabalho de segurança e administração dos presídios de todo o Estado assim como no município de Parintins.

1.3 Problemáticas inerentes ao funcionamento da Unidade Prisional de Parintins.

No processo histórico de instauração da Unidade Prisional de Parintins podemos identificar problemáticas que acabam se tornando inerentes ao funcionamento da mesma, o não planejamento em seu quadro de infraestrutura no âmbito físico que é resultado de uma antiga delegacia que antes funcionava no prédio, bem como, quase uma negligência por parte dos governantes pelo efetivo de profissionais que é baixo para a quantidade de internos cumprindo suas sentenças.

É válido ressaltar que os sentenciados que cumprem pena no regime semiaberto ou aberto, os mesmos não estão lotados na Unidade pois sua estrutura encontram-se superlotadas.

Segundo o relato do Agente Penitenciário J.B de 53 anos, que trabalha na Unidade a 10 anos, preservaremos sua identidade para evitar quaisquer problemas. O mesmo diz o seguinte dos detentos no regime semiaberto e aberto.

Os detentos no regime semiaberto e também os do regime aberto eles assinam uma folha de frequência, regime semiaberto diariamente e o regime aberto aos finais de semana no horário das 16h e 18h, pelo fato de não haver espaço físico para abrigá-los, conforme determinação judicial. Haja vista que a capacidade máxima de vagas na Unidade Prisional de Parintins é para 36 (trinta e seis) internos no Regime Fechado entre condenados e provisórios e esse número é superior à capacidade.

Na questão da superlotação dos sistemas prisionais não é uma deficiência que ocorre somente na unidade Prisional de Parintins, segundo Corrêa (2006) tal problemática ocorre em todo o Brasil.

A problemática da população carcerária excedente é comum nos sistemas prisionais de todo o Brasil, sendo esta uma das refrações da questão social que permeia a nossa realidade em muitos lugares. Vale ressaltar que a questão penitenciária tem se constituído em um desafio que envolve todos os sujeitos ligados às áreas das ciências sociais, dos direitos humanos, da segurança e da paz social. (CORREIA, 2006, p. 07).

Dentro do quadro crítico de superlotação há o ângulo que reflete o trabalho dos agentes penitenciário que lidam com essa problemática diariamente. A superlotação engloba todos os setores da sociedade, pois a questão da massa carcerária excedente na Unidade Prisional de Parintins é de interesse de todos, sendo notícia em vários momentos diante da população e Estado. Embora mesmo com as situações expostas muitos casos acabam escondidos por trás dos muros das unidades prisionais, dessa maneira ocultando a falta de posicionamento do governo à sociedade.

Um agravante para tais problemáticas são as rebeliões que acabam expondo essas situações que estão ocultas. Após a última rebelião que houve no dia 1º de setembro de 2014 de grande repercussão pela brutalidade ao qual tiveram dois homicídios, anteriormente ao acontecido, na Câmara Municipal, em audiência pública, houve a discussão do assunto.

No contexto nacional das problemáticas que ocorreram devido a superlotação e mascarização da responsabilidade do poder público.

O massacre do Carandiru ocorreu em Outubro de 1992, quando a Polícia Militar de São Paulo entra na casa de detenção chamada Carandiru, que estava em superlotação e, portanto, em rebelião. A intervenção resulta na morte de 111 presos. Vale ressaltar que o Carandiru apesar de distante, ainda estava em partes centrais da cidade de São Paulo. Tal evento culminou em debates sobre o sistema prisional, e gerou protestos para desativar o presídio e transferi-lo para outros espaços e cidades. (CORREIA, 2006, p.)

Correia (2006) diz que percebe-se a vulnerabilidade do Sistema Penitenciário para dar proteção aos seus servidores e também aos familiares dos detentos. A fragilidade do Sistema Penitenciário neste aspecto tem sido agravada pelo propósito das Instituições de não creditar à questão a devida gravidade. Esse mecanismo de escamotear a realidade evita que a opinião pública se alarme.

Diante do que foi apresentado, surge uma inquietação ao verificar que as sucessões de eventos relatados não determinam por si só o quadro de expansão prisional, mas são partes do processo de evolução de construções massivas de presídios. É fato que não foi encontrado um único motivo determinante que levou a consolidação desse fenômeno – que atinge esferas no âmbito geográfico, político e sociológico –, mas várias ações que, ao conectá-las, transcrevem o fenômeno problematizado. (CITELLI, 2018, p. 58)

Assim as problemáticas que estão inerentes ao funcionamento da Unidade Prisional de Parintins são reflexos de situações que já ocorrem historicamente no Brasil e provocam grandes inquietações principalmente para aqueles profissionais que atuam dentro da Unidade. Nesse contexto expõe-se o trabalho dos agentes de segurança penitenciária.

1.4 As dificuldades e desafios dos agentes penitenciários da Unidade Prisional de Parintins

No contexto das dificuldades e desafios da Unidade Prisional de Parintins, nos deparamos com as dos profissionais que atuam diretamente nesse sistema, ou seja, interligado ao mecanismo de funcionamento dessa engrenagem, os agentes penitenciários. Estes carregam na prática a carga de um sistema permeado por dificuldades e problemas, onde estudos apontam ser um sistema falido no que tange o seu objetivo ou metas.

Expostos pelo perigo do labor cotidiano, estes profissionais merecem destaque, na realidade do trabalho ao qual desenvolvem. Pois além de intervir na dinâmica da vida profissional os agentes também precisam adaptar-se a abstinência do convívio social. Afirmado por Correia (2006).

Toda uma dinâmica de vida sofreu uma adaptação forçada marcada principalmente pela abstinência de um convívio social mais livre, pela busca de mecanismos de defesa como a omissão de sua profissão ou qualquer índice que possa revelar suas atividades profissionais, por exemplo, não expor seu colete de identificação profissional nem mesmo para seca ao sol, evitando evidências no local onde reside (CORREIA, 2006, p.13).

Atualmente são mais de 61 mil agentes penitenciários, para custodiar e fazer o controle de cerca de 500 mil detentos, que se encontram em pouco mais 300 mil vagas disponíveis nas unidades prisionais brasileiras. O Conselho Nacional de Política Criminais e Penitenciárias, recomenda que haja um ASP (Agente de Segurança Penitenciária) para cada 05 detentos como medida de segurança. No entanto, devemos ter, no mínimo, 100 mil agentes penitenciários no Brasil. (CORREIA, 2006, p. 20)

Os números colocados conhecemos superficialmente, pois se sabe que a realidade brasileira intramuros é outra, há um número reduzido desses profissionais para uma massa carcerária excedente em quase todas as penitenciárias do país, isso sem falar nas delegacias, porém, nesse caso vale frisar que a estadia é provisória, ou temporária, a grande maioria dessa massa carcerária se concentra nos presídios dos grandes e pequenos centros.

Os agentes penitenciários são aqueles que prestam serviço de vigilância, custódia, sendo que o seu trabalho é marcado por uma rotina de riscos e imprevistos, apesar de existir uma programação, jamais se sabe o que pode acontecer. TSCHIEDEL, (2012 p.19), os agentes “assumem múltiplas tarefas como alto grau de exigência e de responsabilidades, [...], exercer seu papel expõem estes profissionais a riscos psicossociais que podem levar a implicações na saúde mental dos mesmos”.

De acordo com Tschiedel apud Ramos & Esper (2007.p 14) “a vida nas penitenciárias é uma das mais dramáticas fontes de distúrbios psíquicos que se tem notícia, sendo que as pesquisas apontam como vítima tanto os presos quanto seus carcereiros”.

Estes profissionais são encarregados da ordem e disciplina, além da segurança interna dos presos, fiscalizar o trabalho e o procedimento da população carcerária, verificar as condições de limpeza e higiene das celas. Essa profissão existe tanto para o sexo masculino como feminino, sendo que o gênero dos internos é que vai determinar a quantidade de agentes de cada sexo que vão atuar dentro de determinado presidio.

Partido do pressuposto do trabalho executado por esses profissionais, podemos observar que os agentes penitenciários desempenham um papel muito complexo e estressante e uma sobrecarga intensa fazendo com que os profissionais venham sofrer sérios riscos de vida.

Os trabalhadores em geral possuem determinado cargo de trabalho, esta carga diz respeito às exigências que o trabalho os impõe, podendo ela ser definida como a quantitativa ou qualitativa. A qualitativa refere-se à dificuldade que o trabalho impõe em relação à capacidade do agente penitenciário de exercer suas funções. A quantitativa está ligada à quantidade de trabalho que o agente deve desempenhar, muitas vezes, neste caso, mais do que tem capacidade de suportar, isto pode acarretar em desgastes psicológicos, físicos e mentais. (TSCHIEDE, 2012.p 35).

Dessa forma podemos observar que a demanda, o excesso e a sobrecarga de trabalho, traz consequências negativas ao profissional. Quando ultrapassa seu limite, o trabalhador não consegue desempenhar seu papel com eficácia, as atividades tornam-se desgastantes a saúde física e mental, ou seja, afeta todas as áreas da vida do agente penitenciário.

São mais de 20 anos, em que a primeira delegacia do município de Parintins foi posta como Unidade Prisional, muito pouco se houve falar sobre o trabalho dos Agentes de Segurança Penitenciária. Desvelando sobre o prisma dos riscos que os profissionais enfrentam cotidianamente é que o poder público assim como a sociedade muitas vezes desconhece a realidade diária desta instituição. As penitenciárias são locais às vezes misteriosos para a sociedade, e isso implica também no que tange ao trabalho e realidade dos Agentes Penitenciários. (SANTOS, p.03)

A Unidade Prisional de Parintins conta com um efetivo profissional de 05 Agentes de Segurança Penitenciária, sendo que quatro exercendo a função e um como motorista. A distribuição das tarefas se dá por plantão, para cada 24h de trabalho os agentes têm 72h de descanso. As refeições e banho dos agentes são realizados fora do ambiente de trabalho, pois não existe na Unidade Prisional alojamento para os Agentes.

No entanto o contato com os internos é inevitável tanto quando ao conduzi-los as celas, quanto na condução dos internos a atendimento externos, (médico, fórum de justiça, defensoria pública, fúnebre e até mesmo para recebimento de benefícios do Governo Federal), haja vista que na Unidade não há uma Assistente Social para realizar tal atividade.

Segundo Kurowski & Moreno-Jiménez (2002) Os agentes da segurança penitenciária são aqueles que realizam serviços de vigilância, custódia e disciplina dos encarcerados e, para isso, o desenvolvimento dessas atividades é executado em determinadas condições de trabalho, que podem determinar riscos para a saúde física e/ou mental dos agentes.

Na prática, a profissão de agente penitenciário se constitui em um complexo relacionamento com o criminoso que cumpre pena e o homem em processo de ressocialização cujas demandas se inscrevem na área dos direitos humanos, através d assistências social, psicológica, jurídica, pedagógica, odontológica, médico-psiquiátrica, laborativa e religiosa, previstas em lei e que devem considerar a individualidade e rede social de cada um. (CORREIA, 2006, p.17).

Os Agentes estão sujeitos à agressão física, psicológica e ameaças até mesmo de morte por (rebeliões e motins), uma vez que na referida Unidade a atuação é de 01 Agente para mais de 100 internos.

Mesmo com todos os desafios que são enfrentados diariamente pelos profissionais os mesmos estão na espera de uma melhora no que diz respeito a segurança na realização do seu trabalho. Na busca de oferecer um melhor espaço de trabalho para todos os profissionais que atuam na Unidade Prisional, em uma audiência pública foi anunciado a construção de uma nova Unidade que possivelmente será no recorte geográfico da Vila Amazônia.

Antes mesmo de sua aprovação a nova Unidade passou por várias discussões em âmbito político e social. Com a construção da Unidade Prisional os Agentes de Segurança Penitenciária poderão gozar de uma estrutura física mais planejada a receber os detentos de justiça.

2. TERRITÓRIO: CONCEITO E CATEGORIA CORRELAÇÃO QUE CONFUNDE NO ESPAÇO GEOGRÁFICO

Um dos conceitos essenciais na discussão da ciência geográfica, o território por muitas vezes é quase que natural sua distorção ou confusão com a categoria espaço. É válido ressaltar que o intuito deste não é fazer uma diferenciação entre as duas categorias, porém é de suma importância buscar o entendimento das mesmas para a questão que se quer entender enquanto seus desdobramentos.

Assim, buscamos apoio a Raffestin (1993), um dos primeiros autores que realizam abordagens no que diz respeito do território. O mesmo ainda destaca o conceito de espaço, entendendo a categoria como algo preexistente, anterior ao território.

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Deste modo entendemos que na concepção do autor o território é tratado com mais ênfase político-administrativa, ou seja, um espaço físico como o território nacional; onde se delimita uma ordem jurídica e política; um espaço demarcado pelas construções antrópicas através das linhas, limites e fronteiras. Portanto ao se apropriar desse espaço seja de forma concreta ou abstrata o ser humano territorializa o espaço.

Raffestin (1993) define o território da seguinte maneira:

[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. (...) o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder [...] (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Por meio da análise de Raffestin (1993), constata-se a relação entre as duas categorias, talvez aí uma das razões para a confusão na utilização dos conceitos dessas duas categorias, onde são apontadas até como sinônimos. Nesse sentido, é importante e fundamental a compreensão tanto dos conceitos como das categorias. O conceito é a definição do símbolo, dos objetos que se apresenta, ou que se quer apresentar. Assim, é de suma importância os conceitos bem definidos. Severino (2002) define da seguinte maneira conceito:

O conceito é a imagem mental por meio a qual se apresenta um objeto, sinal imediato do objeto representado. O conceito garante uma referência direta ao objeto real. Esta referência é dita intencional no sentido de que o conceito adquirido por processos especiais de apreensão das coisas pelo intelecto, que não vêm a propósito aqui, se refere a coisas, a objetos, a seres, a ideia, de maneira representativa e substitutiva (SEVERINO, 2002, p.188).

A categoria no entanto só se torna categoria se a mesma constituir-se de um conceito, portanto, o conceito é a caracterização da categoria, assim a categoria é definida pelo conceito e os dois estão correlacionados. E na mesma estão dispostas as diferentes relações sociais e classes sociais dentro dos diferentes tipos de território, intencionalizados dos diferentes atores ou grupos sociais.

2.1 O território e suas variações de leitura no seu conceito

A ocorrência de se fazer uma confusão entre as categorias de espaço e território torna-se quase que comum pois muitos acreditam que os termos são sinônimos, mas é errôneo acreditar que isso pode ser verdadeiro. Segundo Raffestin (1993) para a definição de território esses dois termos não devem ser tratados como sinônimos, uma vez que o espaço antecede o território. Assim, o espaço como o território sofre mudanças de acordo com sua utilização.

O espaço é, portanto anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é, de certa forma, "dado" como se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação. "Local" de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Compreendemos na concepção de RAFFESTIN (1993, p.128) o território como frações do espaço apropriado por relações de poder, de modo que nessa apropriação “o ator ‘territorializa’ o espaço”. O conceito de espaço dependendo da área de conhecimento que o utiliza o mesmo muda, assim o território, mesmo na ciência geográfica tem variadas definições para a categoria conforme as influências que o mesmo receberá dos grupos sociais ou classes sociais.

Organiza o território, seus interesses, necessidades, de maneira que suas ações revelam as escalas de poder existente. De tal modo que toda sociedade delimita uma porção do espaço para dominá-lo, o território (espaço de vivência). Em uma comparação o autor coloca o espaço como matéria prima e o território como a produção. (p, 46)

Para Moreira (2015) o espaço produzido socialmente de Lefebvre, ao qual Milton Santos tomou como referência, pelas necessidades dos seres humanos o espaço natural sofre mudanças e se transforma em espaço social, “a natureza primeira ou o espaço natural constitui a matéria prima que através do trabalho será transformada dando origem ao espaço geográfico...” (MOREIRA, 2015, p. 02)

Haesbaert (2009) realiza uma análise no conceito de território nas ciências sociais assim o mesmo possui diversos enfoques:

Enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões..., a Ciência Política enfatiza sua construção a partir de relações de poder..., a Economia, que prefere a noção de espaço à território, percebe-o, muitas vezes, como um fator locacional ou como uma das bases de produção..., a Antropologia destaca sua dimensão simbólica..., a Sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo, e a Psicologia, finalmente, incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala de indivíduo. (HAESBAERT, 2009, p. 37)

Raffestin (1993), em sua análise do conceito de território diz que o mesmo é constituído de relações marcadas pelo poder. O poder que é exercido por classes sociais ou grupos sociais sem os quais não se constitui um território. Embora as individualidades de cada um Poder e território estarão sempre em um mesmo conjunto que consolide o conceito de território. Portanto o poder está presente em todas as relações sociais.

Haesbaert diz que o território no âmbito das ciências sociais pode ser destacado em diferentes enfoques, onde se verificam três vertentes básicas:

1) *jurídico-política*, segundo a qual “o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal”; 2) *cultural(ista)*, que “prioriza dimensões simbólicas e mais subjetivas, o território visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço”; 3) *econômica*, “que destaca a desterritorialização em sua perspectiva material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho”. (HAESBAERT *apud* SPOSITO, 2004, p.18).

O autor ainda destaca que esses três fatores dentro de sua ação agem sempre em uma concordância, ou seja, os mesmos são integrados.

[...] esses três elementos não são mutuamente excludentes, mas integrados num mesmo conjunto de relações sócio-espaciais, ou seja, compõem efetivamente uma territorialidade ou uma espacialidade complexa, somente apreendida através da justaposição dessas três noções ou da construção de conceitos “híbridos” como o território-rede. (HAESBAERT, 2002, p. 38).

Na abordagem que Souza (2001) realiza na questão do conceito de território o mesmo trata a categoria nos fatores da política e da cultura. Esta relação de poder se dá por meio dos conflitos que as diferentes culturas estabelecem formando o território. O autor salienta ainda que o território não é delimitado das relações de poder existentes, e que não se confunde com dominação ou mesmo com a violência. Portanto o território deve abarcar no seu conceito algo mais amplo.

No seu estudo sobre o conceito de território coloca este com aspectos de autonomia, como uma possível forma na busca do desenvolvimento social. A autonomia constitui, no

entender do autor, a base do desenvolvimento, este encarado como processo de auto-instituição da sociedade rumo a uma maior liberdade e menor desigualdade.

Uma sociedade autônoma é aquela que logra defender e gerir livremente seu território [...] Uma sociedade autônoma não é uma sociedade sem poder [...] No entanto, indubitavelmente, a plena autonomia é incompatível com a existência de um “Estado” enquanto instância de poder centralizadora e separada do restante da sociedade. (SOUZA, 2001, p. 106).

Na perspectiva do autor o conceito de território é entendido em múltiplas vertentes com variações em suas funções, embora ainda que haja o privilégio das mudanças que são provenientes do poder no território. Porém, há a necessidade dos diversos tipos de territórios como: o território da prostituição, dos homossexuais, das gangues etc., e também de outros territórios que podem ser tanto temporários como permanentes.

SOUZA (2001, p. 108) diz ainda que “em qualquer circunstância, o território encena a materialidade que constitui o fundamento mais imediato de sustento econômico e de identificação cultural de um grupo”. Porém, não se faz um território centralizador ou idealizado, mas sim um autônomo, com liberdade do manifesto das opções das pessoas, bem como suas potencialidades, contribuindo para o surgimento e desenvolvimento de um gerando um espaço equitativo e social.

O território é produzido espaço-temporalmente pelas relações de poder engendradas por um determinado grupo social. Dessa forma, pode ser temporário ou permanente e se efetiva em diferentes escalas, portanto, não apenas naquela convencionalmente conhecida como o “território nacional” sob gestão do Estado - Nação. (SAQUET *apud* CANDIOTTO, 2004, p. 81).

Assim como na ideia produzida por Raffestin sobre o conceito de território é constituído das relações de poder, nas concepções de Saquet a ideia é uma constante sobre essa categoria. As três vertentes que ganham destaque nos estudos de Rogério Haesbaert são resgatadas nas análises de Saquet (2004) no diz respeito ao conceito de território (jurídicopolítica, econômica e cultural), consideradas indispensáveis nas interligações.

[...] as forças econômicas, políticas e culturais, reciprocamente relacionadas, efetivam um território, um processo social, no espaço geográfico, centrado e emanado na territorialidade cotidiana dos indivíduos, em diferentes centralidades/temporalidades/territorialidades. A apropriação é econômica, política e cultural, formando territórios heterogêneos e sobrepostos fundados nas contradições sociais. (SAQUET, 2003, p. 28).

Saquet além das três vertentes faz uso de um outro fator onde ele destaca que o mesmo é indissociável do território, pois está presente intrínseco a ele. O autor considera a natureza também.

2.2 Desdobramentos do território

Realmente fazer uma leitura e definir o que é o território passa por um processo onde é imprescindível o entendimento do seu conceito, pois é neste que todos os seus desdobramentos ocorrem. Assim as mais diversas formas de manifestações que ocorrem no espaço geográfico podem ser compreendidas (movimentos sociais, construção ou desconstrução de um território, etc.), movimentos que são gerados a partir da ação antrópica. É sobre *territorialização, desterritorialização e reterritorialização*, desdobramentos do território, onde podemos encontrar respostas para tais questões.

No que diz respeito a esses desdobramentos Chelotti (2013), diz que os territórios são a criação e que estes teriam sua representação pela territorialização, a destruição do território, mesmo que este sendo temporário é representado pela desterritorialização e os seus renascimentos marcados pelos processos de reterritorialização.

Portanto a ação de apropriar-se de qualquer recorte geográfico tornando este um território é chamado de territorialização; por outro lado desterritorializar é divergente a territorialização, sendo portanto a perda do território. Para Haesbaert (2009), a discussão sobre qual tipo de território estamos nos referindo deve ser bem entendida no desdobramento desterritorialização uma vez que, “a desterritorialização existe, ela está referida sempre a problemática territorial e, conseqüentemente, a uma determinada concepção de território.” (HAESBAERT, 2009, p. 35).

Rogério Haesbaert discorre ainda da seguinte maneira sobre o processo de desterritorialização:

Para uns, por exemplo, desterritorialização está ligada à fragilidade crescente das fronteiras, especialmente das fronteiras estatais – o território, aí, é sobretudo um território político. Para outros, desterritorialização está ligada à hibridização cultural que impede o reconhecimento de identidades claramente definidas—o território aqui é, antes de tudo, um território simbólico, ou um espaço de referência para a construção de identidades. Dependendo da concepção de território muda, conseqüentemente, a nossa definição de desterritorialização. (HAESBAERT, 2009, p. 35).

Diante do exposto enquanto a desterritorialização podemos observar quanto é complexo o estudo desse processo e que o mesmo possui uma diversidade de sentidos. Assim os novos territórios criados estariam ligados a reterritorialização ou até mesmo o renascimento de um espaço.

Na questão geográfica sobre o desdobramento de territorialização outro termo que por muitas vezes se confunde quando se estuda os processos geográficos é o conceito de territorialidade, “ora assinalando o pressuposto geral para a formação de territórios

(concretamente constituídos ou não), ora privilegiando sua dimensão simbólico-identitária.” (HAESBAERT, 2009, p. 36).

Causando assim uma difícil tarefa de se distinguir as diferentes territorialidades. Silva (at al,) faz a seguinte ponderação a respeito:

As diferentes territorialidades são analisadas ao longo de uma cidade, por exemplo, nela podemos ter modelos de territorialidade cíclica que é quando o uso destinado a esse território varia com o tempo; a diferença de uso desse lugar pode ser notada de dia e a noite em uma mesma área territorial, com funções diferenciadas ao longo do tempo. Pode-se também analisar uma área de territorialidade móvel, onde se desloca com grande facilidade no espaço utilizado por um mesmo grupo, onde os limites dessa área tende a ser bastante instáveis. (SILVA, at al, p. 04)

Para Fuini (2014) exemplifica territorialidade e diz o seguinte:

Pode-se referir ao território de planejamento e controle de um Estado e de seus projetos e serviços. Também pode ser usado como referência para identidades territoriais que ainda não configuraram um território político-jurídico-normativo, como os nacionalismos e regionalismos. Atualmente é utilizado para referenciar as práticas espaciais de grupos de indivíduos em espaços urbanos, como é o caso das territorialidades de movimento culturais e artísticos (movimento do *Hip-hop*), das tribos urbanas, das igrejas, da prostituição, do tráfico de drogas. (FUINI, 2014).

No que diz respeito ao processo de reterritorialização são em sua grande parte executados onde sua maneira não dar bons resultados, nessa questão é válido uma readaptação a esse espaço visto como novo, haja vista que o mesmo já sofreu muitas mudanças e não é o mesmo. Nessa perspectiva Fuini (2014) afirma que:

...a territorialização, ou a reterritorialização, seria o movimento de se constituir referenciais simbólicos e identitários (materiais e imateriais) junto a um recorte espacial definido, dotando-o de unidade. Poderia ser também chamada de enraizamento territorial, vinculando populações, empresas e instituições de governo ao território. A desterritorialização, em seu oposto, representa a extroversão e desenraizamento de povos, atividades sociais e econômicas e comunidades de seus lugares, correspondendo à perda de identidades e do enraizamento. A reterritorialização, por sua vez, compreende o movimento de reconstrução e retomada de laços de identidade e inserção territorial sob novas bases de qualificação. (FUINI, 2014).

Nessa questão do retorno ao seu território pode se vincular inúmeras problemáticas causando uma não boa reinstalação dos grupos. Isso pode ocorrer principalmente em países com uma capacidade de desenvolvimento muito baixa, assim estes grupos passam a sentir tais dificuldades. Entre outros problemas que venham a acontecer.

2.3 Os diferentes tipos de território

A abordagem nos diferentes tipos de território parte das leituras realizadas e das observações in loco. Dentre as diversas literaturas pode-se destacar a atuação de um território que chama a atenção de sua majoritariedade por ser compreendida como espaço de governar.

Para Fernandes (2003) o que sempre me chama a atenção é o fato do território ser majoritariamente compreendido como espaço de governança, enquanto presenciamos diversas formas de conflitualidades que não estão relacionadas necessariamente com os espaços de governança. (FERNANDES, 2003, p. 09)

Deste modo compreendemos que os diversos territórios em disputa podem ser extintos ou diluídos em uma tipologia. “Não basta falar apenas em Território. É preciso definir: qual território? As classes e relações sociais não estão alheias aos territórios porque elas os produzem e por estes são produzidas”. (FERNANDES, 2003, p. 09)

Assim como nós seres humanos podemos realizar diversas funções, bem como as relações sociais podem se misturar na formação de uma multiterritorialidade, os territórios surgem em uma diversidade de escalas, sendo utilizados em diferentes funções de acordo com os atores que os ocupam.

Nesse sentido o presente trabalho busca evidenciar o território de duas formas em uma perspectiva material e imaterial.

O território imaterial está presente em todas as ordens de territórios. O território imaterial está relacionado com o controle, o domínio sobre o processo de construção do conhecimento e suas interpretações. Portanto, inclui teoria, conceito, método, metodologia, ideologia etc. [...]. O território imaterial pertence ao mundo das ideias, das intencionalidades, que coordena e organiza o mundo das coisas e dos objetos: o mundo material. A importância do território imaterial está na compreensão dos diferentes tipos de território material. Nós transformamos as coisas, construímos e produzimos objetos na produção do espaço e do território. Penso o território imaterial a partir da mesma lógica do território material, como a determinação de uma relação de poder. (FERNANDES, 2003, p.15)

Assim, para compreender de forma mais consolidada os movimentos das relações pelas classes sociais na produção de diversos territórios, denominamos como primeiro território; segundo território; e terceiro território. “O primeiro e o segundo território são fixos ou são fluxos, já o terceiro território contém a qualidade de ser fixo e fluxo”. (FERNANDES, 2003, p. 10)

Os espaços de governança são territórios fixos e fluxos como, por exemplo: o território da nação, os palácios dos presidentes e governadores, seus aviões, carros e navios. Da mesma forma podemos nos referir às propriedades fixas e móveis. O terceiro território é formado pelas multiterritorialidades do segundo

no primeiro território ou pode ir além da escala nacional, como é o caso dos transterritórios. (FERNANDES, 2003, p. 10)

Portanto é de suma importância compreender aqui que o primeiro território, é o território da nação, que gera diferentes territorialidades, mas que não é absoluto. O segundo, é marcado pela diversidade dos tipos de propriedades e as diferentes relações sociais entre as classes ou grupos sociais marcando o terceiro território, sendo indissociáveis uns dos outros.

Assim, baseado nos referenciais de estudo, abaixo um pouco sobre o nosso entendimento no que diz respeito ao desenvolvimento e relações que estão intrínsecas dentro de cada um dos tipos de território.

Primeiro território

Este primeiro território conecta-se a um espaço onde se realiza as formas de governar, ou seja, as governanças de uma nação, nesse contexto podemos dizer que é o lugar de partida que dá as possibilidades para a existência dos seres humanos. Também é neste primeiro território que se constroem outros tipos de território por meio das relações que se constituem das classes sociais.

Fernandes, (2003) o primeiro território ou espaço de governança está organizado em diversas escalas e instâncias. Estados, províncias, departamentos e municípios são frações integradas e independentes do primeiro território. (FERNANDES, 2003, p. 11)

Nesse sentido podemos analisar o primeiro território em diferentes escalas dentro dos espaços de governança, tomadas a partir das relações que ocorrem e que são praticadas pelas classes sociais. São elas que produzem e organizam os diversos territórios e assim vão configurando a formação do primeiro território.

Segundo território

Assim como as formas materiais e imateriais não podem ser separadas, a relação do primeiro e do segundo território também são indissociáveis, os mesmos possuem uma relação intrínseca. Pois dentro do território nação ou de governação estão as propriedades que são pequenas frações do primeiro território, porém fazem a composição do segundo território, “as propriedades individuais – familiares pertencem ao Estado, há um território – propriedade”. (FERNANDES, 2003, p. 12)

Nesta questão a referência está ligada ao espaço de vida, que pode ser constituído de forma particular ou em conjunto, no caso a nossa própria residência (casa) é um exemplo para a compreensão de propriedade.

Segundo Fernandes (2003) as propriedades surgem a partir da organização dos sistemas políticos em suas diferentes formas. “As propriedades podem ser definidas pelo seu valor de uso e/ou pelo seu valor de troca”. (FERNANDES, 2003, p. 13).

O segundo território nessa perspectiva é formado por territórios não capitalistas, familiares ou comunitárias, territórios indígenas, quilombolas, camponeses. Em sua composição também estão as grandes empresas transnacionais, e que as vezes disputam esses territórios entre si.

Portanto o primeiro território é disputado permanentemente, já o segundo território são as divisões do primeiro, porém os mesmos devem ser distinguidos, pois suas relações são produzidas por atores diferentes.

HAESBAERT (2004, p. 20), afirma que: “não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao mesmo inseri-los num determinado contexto geográfico, territorial”. Assim o segundo território permeia em uma relação indissociável do primeiro território que por sua vez é por completo disputado constantemente, com a intensão da extinção do segundo território.

Terceiro território

Considerado a partir dos conflitos e da união de todos os tipos de territórios, o terceiro território constitui-se no espaço relacional. Este caráter relacional, é formado pela união fixa e móvel das propriedades, exercendo movimentos que podem expandir ou gerar refluxo, tais movimentos que são determinados pela relação das classes, dos grupos e das conflitualidades entre as mesmas e também pelo Estado.

Para Cavalcante (2008), esse movimento são processos de territorialização onde estão vinculadas as disputas e as formas de usos dos segundos territórios. Uma confusão pertinente ao terceiro território é com relação a formação de suas territorialidades, uma vez que essas são as representações das formas de usos dos territórios. O terceiro território nos atinge em todas as escalas e está cada vez mais presente em nosso cotidiano. (FERNANDES, 2008, p. 15)

Nesse sentido, em estudos já realizados nos demonstram que os territórios estão representados e organizados por meio de duas formas, em três ordens e três tipos de território. O primeiro, segundo e terceiro territórios estão nas ordens (fixos e fluxos) e que são materiais e imateriais, entendidos como espaços de governança, propriedades e também espaço relacional.

3. PODER E TERRITÓRIO UMA RELAÇÃO PRESENTE NA UNIDADE PRISIONAL DE PARINTINS-AM

Parintins, recorte geográfico que está localizado no Estado do Amazonas, muito conhecido pela realização do Festival folclórico protagonizado pelos bois (Caprichoso e Garantido). No decorrer dos anos o centro urbano do município perpassa por um crescimento, que para as características da cidade encaixa-se no contexto acelerado que ocorre nas cidades médias no Brasil. Porém o mesmo crescimento que trouxe melhorias para a cidade e os seus habitantes trouxe também problemas que giram nas ordens política, social, ambiental e econômicos para tal município.

Com tantas problemáticas que perpassa na cidade, o aumento de usuários de drogas no município nos últimos anos é o tema que nos convida a fazer essa reflexão no que diz respeito do poder que tal problemática realiza dentro da Unidade Prisional de Parintins (UPPIN) e como ocorre essa relação na disputa pelo território. Diante dos fatos, as relações que se estabelecem no território por um grupo ou indivíduo, deve ser compreendida como uma relação de poder. Por sua vez, o poder torna-se parte inseparável do território, e esse só existe a partir dessa relação. (SOARES, ANDRADE, p. 02)

Por sua vez Cloude Raffestin (1993) definiu o poder da seguinte maneira:

O poder é parte intrínseca de toda relação. [...], o poder está em todo lugar, não que englobe tudo, mas vem de todos os lugares. Portanto, seria inútil procurar o poder na existência original de um ponto central num centro único de soberania de onde irradia formas derivadas e descendentes, pois é o alicerce móvel das relações de força que, por sua desigualdade, induzem sem cessar a estados de poder, porém sempre locais e instáveis. (RAFFESTIN, 1993, p. 52)

Deste modo os processos relacionais que ocorrem aqui estão ligados à apropriação do espaço, ou seja, o território, por meio das suas mais variadas formas “o território é um destes conceitos complexos, substantivado por vários elementos, no nível do pensamento e em unidade com o mundo da vida”. (SAQUET, 2007, p.13). Os territórios são construídos/desconstruídos dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dia; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica. (SOUZA, 2007, p. 81)

O território significa natureza e sociedade; economia, política e cultura; ideia e matéria; identidades e representações; apropriação, dominação e controle; des-continuidades; conexões e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental; terra, formas espaciais e relações de poder; diversidade e unidade. Isso significa a existência de interações no e do processo de territorialização, que envolvem e são envolvidas por processos sociais semelhantes e diferentes, nos mesmos ou em distintos momentos e lugares,

centrados na conjunção, paradoxal, de dê-s-continuidades, de desigualdades, diferenças e traços comuns. (SAQUET, 2007, p. 24)

Assim, o fenômeno do tráfico de drogas está ligado ao conceito de território, principalmente pelo fato do mesmo constituir-se no espaço e nesse espaço exercer poder. Além do poder, o tráfico de drogas constitui uma rede própria de informações, ligados ao comando ou ligadas aos grupos subordinados a esse comando. Gerando ainda para o lado social dessas relações problemáticas que estão em evidência no município.

Contudo, para o grupo que forma o território das drogas, esse acaba se tornando o seu território de identidade, mesmo que funcional, ou seja, aquele que irá se defender, por situação social desfavorável ou mesmo pelo grande capital levantado no comércio ilegal das drogas. Todavia, mesmo o território se tornando gerador de identidade, para o tráfico de drogas ele acaba sendo instável com “as áreas de influência deslizando sobre o espaço concreto das ruas, becos e praças; a criação de identidade territorial é apenas relativa, digamos, mais propriamente funcional que afetiva”, (SOUZA, 2007, p. 88).

Assim, os territórios que surgem a partir da organização do tráfico seguem de forma linear ao uso do solo, na troca de comunicação das informações bem como nas relações de poder. Portanto, a ocorrência do tráfico de drogas na cidade de Parintins segue na mesma linearidade de outras cidades brasileiras com porte média, porém, possui suas características particulares. Tais particularidades que diminui dentro de sua escala territorial o qual chega nos bairros da cidade.

3.1 GEOGRAFIA E DROGA: as dificuldades na produção geográfica a respeito do tráfico de drogas ilícitas

Como sendo parte da atividade de proteção daqueles que por algum motivo ingressaram no crime a segurança pública é de inteira responsabilidade dos órgãos estatais e tem o intuito de proteger, zelar e cuidar da vida dos cidadãos da criminalidade e da violência. Desse modo as políticas direcionadas a segurança, além de se configurarem como um conjunto de diretrizes que visam proteger a sociedade, devem estar integradas com as políticas urbanas. (SOUZA, NEVES, 2015, p. 03)

Entendemos que o universo deste estudo na Unidade Prisional de Parintins (UPPIN), possui um foco nas relações territoriais ligadas ao terceiro território, no qual se caracterizam as relações interpessoais dos mais diversos grupos ou classes sociais, ao qual desdobram para o estudo das ciências sociais.

A ciência geográfica ainda com as grandes dificuldades sobre as autorizações para a realização de pesquisas dentro do universo acima citado, busca ultrapassar tais barreiras tendo consciência em desenvolver um trabalho sobre o tráfico de drogas ilícitas no âmbito geográfico, não é uma tarefa fácil. Por outro lado, destacar que o desafio de encontrar as respostas para tal estudo bem como todo o empenho desenvolvido pelo pesquisador supera esses obstáculos que dificultam e são desfavoráveis para a pesquisa.

Baseado no conhecimento obtido a partir do estudo teórico e várias vertentes conceituais sobre território é possível compreendê-lo como um dos trunfos do poder, que se constituirá a partir das múltiplas relações entre os diversos agentes territoriais que passam a disputar o controle do mesmo e é através dessas relações que se determina a autonomia e/ou domínio sobre o território de grupos sociais que passam a disputar o mando de áreas, seletivamente escolhidas por diversos interesses, sejam esses econômico, cultural ou político-jurídico. (BARROS, VIEIRA, CHAGAS, 2017 p.55)

Na tentativa de não apenas expor algumas das problemáticas que decorrem na segurança pública no município de Parintins, porém, ainda expor a necessidade de estudos que tratem do assunto. A geografia nos dá esse suporte para realizar pesquisas que tratam do assunto na sociedade bem como a relação territorial que os mesmos causam ou ocorrem no âmbito social, por meio das suas ações ou fenômeno que decorrem do envolvimento com as drogas e sua relação no território.

Destarte, a base territorial é a moldura onde o espaço é produzido, tornando o território uma restrição inseparável das relações sociais e das inovações que elas geram/recomendam, ou seja, a dimensão territorial é expressão do social, uma vez que, seus limites são estabelecidos de acordo com o grupo que o ocupa. (BARROS, VIEIRA, CHAGAS, 2017 p.50)

Assim os trabalhos de pesquisas realizados pela ciência Geográfica no que diz respeito ao tráfico de drogas ilícitas são voltadas a uma problemática que decorre em duas vertentes, a primeira vertente é de escala macro compreendida pelas relações do comércio ilegal do tráfico de drogas ilícitas, e ainda do poder econômico e a segunda vertente ligada a uma escala micro onde os fatos, são investigados na Geografia Urbana e também ligados aos conceitos de poder e território.

Diante dos expostos diálogos realizados com alguns presos enriquecerão no que concerne as dificuldades de se conseguir as informações dos fatos em estudos, assim, respeitando a unidade que os detentos apresentam uns pelos outros a Geografia se supera nas dificuldades. Nesse sentido, Souza (1996) diz que “muito mais que perseguir a questão dos

impactos sócio-espaciais do tráfico, é algo particularmente difícil, devido a óbvia dificuldade prática de acesso aos dados suficientes e confiáveis”. (SOUZA,1996, p. 46)

3.2 OS PRESOS: Relações dentro do território

Na busca de encontrar respostas para a validação da pesquisa tive com alguns presos da Unidade Prisional de Parintins conversas que ganham um cunho valiosíssimo, porém devida a aproximação do Agente de Segurança que acompanhava-me para minha proteção, esses diálogos são embaralhados por gestos e ainda muito evasivas. Poucas foram as chances de conversar com os presos sem a presença de alguém que fazia a segurança, distante da vigilância vi que as histórias precisavam ser cruzadas, e assim ganharem grau de veracidade. Conversar com os presos nos mostrou que os mesmos só falam algo somente após confiarem com quem eles estão conversando, neste caso eu o pesquisador só assim a conversa ocorre mais tranquila. Outro aspecto que fica evidente no diálogo diz respeito às suas vidas, as mesmas estão tão intrínsecas a prisão, tanto que no diálogo e nas atitudes os mesmos são contidos, pois, os presos carregam consigo mentiras que são irremediáveis.

Foram dez (10) presos que aceitaram conversar conosco e colaboraram neste trabalho, nove (09) homens e uma (1) mulher, os mesmos possuem envolvimento direto ou indireto com as drogas ilícitas, destes apenas um (01) está pagando sua pena por outro tipo de delito. Uma conversa informal onde os presos mesmos contidos nos falaram sobre as relações produzidas e reproduzidas no ambiente ou território da Unidade Prisional. Não vamos aqui identificar nenhum dos presos para garantir sua integridade e de seus familiares, suas falas estarão em itálico. Começamos falando da relação familiar dos internos, nesse ponto todos os presos são unânimes em dizer que é algo que ocorre de forma natural, porém, outra relação é a que há entre eles:

A relação entre nossa família é de amor com elas, por que elas fazem de tudo para vim nos visitar principalmente nossas mães e temos que tratar elas com respeito, nossa família é tudo. Nós presos vivemos em união um com o outro, aqui impera a força, a união e o respeito, um ajuda o outro para que nós podemos viver em paz com nós mesmo, a união faz a força entre nós. Por isso, acreditamos que isso também pode ser considerado como uma relação de família aqui neste lugar.

A convivência entre os presos acaba os tornando mais próximos apesar das diferenças e assim a relação vindoura dessa vivência os torna uma família que os protege e que dá uma certa segurança para eles. Outra presença que eles ressaltam com muita ênfase é a das mães que não

os deixam esquecidos na prisão. Nesse sentido, para os presos além do laço maternal a família é também o lugar mais seguro para eles, porém alguns se sentem protegidos dentro do presídio e isso ocorre devido seus envolvimento com a criminalidade e também pela gravidade de seus crimes para sete (07) dos presos o lugar mais seguro é o seio familiar biológico, portanto, fora do presídio, já para três (03) o lugar mais seguro é dentro do presídio.

Com relação a isso me sinto mais seguro fora ou seja em casa e em Deus em primeiro lugar. Pelo fato das condições que nós encontramos, muitas das vezes ficamos doentes e não temos apoio da nossa família por estar nessa situação. Aqui dentro não, o que acontecer comigo minha família não pode presenciar, por isso, aí fora minha segurança é minha família. Por que no presídio é lugar de tratamento.

Assim, fica evidente que as relações que se produz no ambiente são de caráter familiar e também pessoal quando passa para com os outros presos. É evidente que apesar de estarem presentes ali para zelar pelos apenados a relação com os Agentes de Segurança ocorre com um certo teor de desconfiança comprovada a partir dos diálogos com eles. Sendo assim, o território que é produto da união e da força dos presos se relaciona com o território produzido pelos Agentes de Segurança e dessa forma produz, reproduz e transforma o território dentro da Unidade Prisional e que faz com que a consolidação deste se confirme no espaço geográfico, neste caso um lugar de reclusão e reabilitação para uma sociedade que por algum motivo se envolveu com a criminalidade. E que buscam uma maneira de se agregarem no meio social a partir do pagamento de sua dívida com a sociedade.

Apesar de não quererem falar dessa relação com os agentes eles deixaram escapar que alguns deveriam estar junto com os presos não como Agente de Segurança, mas como detentos, e que eles acreditam que isso não ocorre só na Unidade Prisional de Parintins, porém pode ocorrer no Brasil todo. Para eles existe sim aqueles que não cumpre a racionalidade institucional, ou seja, há a presença de alguma “maçã podre”.

Para isso recorremos a estudos produzidos nesse espaço, encontramos na dissertação de mestrado de José Eduardo de Azevedo (1997) ao qual dialoga com presos e que relatam o seguinte para tal relação com os Agentes:

Existem agentes íntegros que nos tratam com respeito e muitos outros que aproveitam o vício do preso e fazem uma verdadeira rede de tráfico de maconha aqui dentro. Os agentes “traficantes” trazem a maconha e esperam que seja distribuída nos pavilhões. Depois saem a procura como se fossem agentes íntegros e quando dão algum flagrante, exigem dinheiro ou o preso vai ficar fechado na cela durante alguns dias, levar uns bofetões e assinar um processo. (AZEVEDO, 1997, p. 100-101)

Ainda conversando com os presos, a respeito de seus envolvimento com o tráfico de drogas, eles dizem que começaram em sua maioria muito jovens, em média os apenados que conversamos eles tiveram seu primeiro contato entre os 14 e 16 anos, primeiro como usuário e depois como vendedor. Os mesmos dizem ainda que seus envolvimento ocorrerão pela pouca oportunidade de trabalho devido à baixa escolaridade, ou ainda para ajudar a família, pois são bastantes humildes.

Comecei a usar maconha aos 18 anos, mas comecei a me envolver com o tráfico de drogas aos 16 anos, quando comecei a vender, minha família é humilde e muitas vezes faltava as coisas em casa e achei no tráfico o meio mais fácil de ganhar dinheiro e ajudar nas despesas de minha casa, me envolvi por falta de oportunidade. Mas nós todos somos envolvidos, muitos são “laranjadas”, para abraçar a fama se entregam a oportunidade que o mundo do tráfico de drogas oferece.

Contudo o mundo da criminalidade cobra um preço que para os presos é muito caro, que os mesmos carregarão em suas vidas ao se desligarem do mundo da prisão. Exclusão social, preconceito, enfim, uma série de situações carregados no “ex-presidiário”. Para eles são situações que corroboram para uma reincidência no crime.

Aqui dentro sonhamos com uma vida nova lá fora, e muitos quando sai se deparam com o preconceito de parte da sociedade e também a pouca chance que dão de trabalho. As perseguições são muitas isso nos leva a regredir e voltamos pro tráfico ou por qualquer outro crime, o tráfico de entorpecentes é o mais procurado porque o dinheiro é mais rápido. Eu espero que a realidade mude e que a sociedade compreenda e nos ajude a mudar a nossa realidade.

Na intenção de ajudar os presos na reabilitação social a Unidade Prisional de Parintins vem desenvolvendo projetos nos quais ensinam os detentos a terem um trabalho, bem como incentivar os mesmos a concluírem seus estudos quando saírem da prisão e possam o desenvolver. Com a realização destas atividades os presos terão mais oportunidades tanto no mercado de trabalho bem como na educação, mudando sua realidade no mundo social.

Nessa questão José Eduardo Azevedo 1997, discorre o seguinte:

Se levarmos em conta que o mercado de trabalho é seletivo com relação a idade para o indivíduo nele ingressar; e considerando a flagrante porcentagem da população jovem da Penitenciária do Estado apta para o trabalho, mas que ultrapassara os 30 anos de idade trazendo na lapela a pecha de egresso da prisão, o que representa para qualquer pessoa uma barreira de difícil transposição, concluímos que as possibilidades desse indivíduo ser inserida no mercado de trabalho são restritas.(AZEVEDO, 1997, p. 96)

A Unidade Prisional de Parintins assumindo o um papel de oferecer para os presos uma possibilidade de reconstrução em suas vidas sociais após sua liberdade, disponibiliza aos apenados projetos onde eles possam desenvolver e até levar consigo ensinando para outros na sua reabilitação na sociedade, gerando renda para seu sustento e de sua família e também dando a oportunidade de eles terminarem seus estudos a partir do incentivo na prisão. Os projetos desenvolvidos na Unidade Prisional são os seguintes: Tecendo a Liberdade e o Remição de Pena pela Leitura.

3.3 OS PROJETOS DA UNIDADE PRISIONAL: possibilidades para a reinclusão na sociedade

Dentro da questão de ressocialização dos apenados do município de Parintins, a Unidade Prisional por meio de projetos oferece para os presos possibilidades para encontrar o caminho fora da criminalidade e muitos deles encaram participar das atividades a partir do clamor materno e também familiar. A partir dessa ajuda poder superar as dificuldades que naturalmente ocorre na vida das pessoas.

O espaço carcerário com suas fronteiras impõe punições que ultrapassam a vivência da pessoa presa, atingindo também, de forma específica suas redes de relações familiares notadamente os filhos ainda dependentes. As barreiras espaciais impostas são, porém, ultrapassadas pela insistência da ação feminina, em geral da figura materna. Sendo assim, a permeabilidade da fronteira espacial do cárcere é pequena, o que coloca a perspectiva de vida social fora do cárcere cada vez menos palpável e provável. (FIORAVANTE, 2011, p. 63)

As atividades que são proporcionadas pelos projetos corroboram por um lado o financeiro bem como o incentivo no estudo para melhor encarar o mercado de trabalho. Os diálogos também nos deram uma síntese de como os projetos Remição de Pena pela Leitura e Tecendo a Liberdade funcionam dentro da Unidade Prisional de Parintins discorrido da seguinte forma.

O *Projeto Remição de Pena pela Leitura* é realizado a partir da parceria da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), Escola de Educação Penitenciária (ESAP) e Universidade do Estado do Amazonas - Centro de Estudos Superiores de Parintins (UEA/CESP), com a Coordenação da professora Keila Amoedo, no qual são atendidos 30 detentos que passam por uma triagem antes do ingresso no projeto.

De acordo com o diretor adjunto (A.B.C) que devido a burocracia da autorização preferiu ficar em sigilo diz que:

O objetivo principal do projeto é a ressocialização dos detentos participantes, desenvolver a inteligência emocional e também intelectual retirando os presos da ociosidade no ambiente que se encontram. A leitura faz com que os internos fiquem com a mente ocupada e as obras trabalhadas servem como suporte de reflexão para os mesmos dentro e principalmente fora da Unidade Prisional.

O projeto consiste na leitura de obras bibliográficas obrigatoriamente. Os participantes devem seguir e praticar alguns combinados como: não realizar qualquer tipo de apologia ao crime; a violência; e nem ao uso de drogas ilícitas. Os presos têm 30 dias para fazerem a leitura da obra e 15 dias para produzirem um resumo, após o trabalho realizado pelos detentos a produção é avaliada por um grupo técnico de professores do Centro de Estudos Superiores de Parintins, Universidade do Estado do Amazonas (CESP/UEA). A partir da avaliação é atribuída uma nota assim o resumo pode ser aprovado ou reprovado, com o trabalho realizado os detentos tem a remição de suas penas, para cada obra trabalhada eles ganham a remição de 4 dias de suas penas.

O *Projeto Tecendo a Liberdade* atua também no sentido da ressocialização dos detentos na sociedade, porém este, busca por meio do trabalho a inclusão dos apenados. Este trabalho no seu início teve a participação em massa dos detentos, mas ao longo do tempo foram desistindo e agora há pouquíssimos participantes. O projeto consiste na produção de redes sem nós artesanal, ao qual a participação neste projeto gera renda para os presos.

Segundo o responsável da Unidade (A.B.C), *todas as produções dos presos são postas à venda na frente da Unidade Prisional e a renda é revestida para os familiares dos mesmos*. Este trabalho também reduz a pena dos presos, a cada 3 dias de trabalho é remido da pena do interno 1 dia, dessa forma os projetos desenvolvidos na Unidade Prisional vêm oferecendo a oportunidade para uma nova realidade para o egresso da criminalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização do presente trabalho, nos evidencia que os modelos penitenciários são heranças de um passado colonial e que o modelo capitalista da sociedade estrutura o espaço geográfico a partir dos seus interesses, bem como as relações sociais que são produzidas e reproduzidas no espaço, são modeladas pela sociedade que o estrutura. Nesse sentido, o território e as territorialidades nele exercidas se complementam neste modelo, pois os mesmos estão em convergência pelo conceito do poder.

A ciência geográfica nos dá um suporte que apoia uma reflexão sobre as causas que a sociedade estrutura o espaço a seus interesses e para o contexto deste trabalho a mesma nos embasa teoricamente na análise sobre a relação que estão inerentes ao mesmo espaço geográfico, e que tais relações são capazes de reproduzirem diferentes territórios e territorialidades, a partir da concretização do espaço, bem como a utilização do mesmo para as subjetividades das relações sociais dentro dos territórios formado.

Diante do exposto a pesquisa traz para o conhecimento social a falta de políticas públicas que concerne à segurança da sociedade, seja ela carcerária ou livre. Este trabalho apresenta ainda fatos, onde podemos concluir que os estudos da ciência geográfica que tratam do fenômeno do tráfico de drogas ilícitas é um tema que provoca grandes desafios. Trazendo para o campo da discussão científica não apenas a forma que tal fenômeno se desenvolve no meio social, mas também, a forma que dialoga com os diversos grupos ou classes sociais na produção de novos territórios distribuídos no espaço geográfico.

O território é o lócus onde ocorre a produção e reprodução do tráfico de drogas ilícita. É nele que as relações de força e poder, ação que ocorre a partir do indivíduo das classes ou grupos sociais, que se apropriam do território o produzem, reproduzem e transformam o mesmo de acordo as suas necessidades. A Unidade Prisional de Parintins é um pequeno fragmento construído no espaço no qual o território é das relações que se desenvolve pelos diversos indivíduos, grupos e classes sociais.

No entanto, mesmo sendo um recorte geográfico as dificuldades no desenvolvimento da pesquisa foram muitas em especial por se tratar de um tema que agrega muitas problemáticas que é sobre o tráfico de drogas ilícitas, porém, apesar dos desafios ao longo da história a Geografia provou que obstáculos existem para serem ultrapassados ou até mesmo transformados em realidade. Nesse sentido, a pesquisa busca com sua realização mostrar essa realidade referente à Unidade Prisional de Parintins e os tipos de relações territoriais e seus desdobramentos no contexto social.

Tendo em vista que a Unidade Prisional é um território que está aparentemente isolado do restante do contexto social, por meio dos seus muros altos e da vigilância feita no local, via guarita de observação e também por sistemas de vigilância digital, além do suporte humano realizados por Policias Militares e pelos Agentes Penitenciários. Contudo, mesmo com essas ferramentas para assegurar tanto o cidadão livre, bem como o apenado, ocorreram rebeliões e fugas, onde a intensão é de mostrar para a sociedade as diversas situações que os apenados vivem. A superlotação é a problemática mais recorrente para estas situações em específica na Unidade Prisional de Parintins.

Assim, percebemos que nossos governantes acabam optando por uma omissão no que diz respeito ao planejamento dos espaços que irão receber os apenados e se utilizam da segurança pública como estratégia para garantir eleitores de certos grupos e classes sociais. Na tentativa de sanar algumas problemáticas desta Unidade alguns projetos que visam tanto a reabilitação dos presos bem como garantir para os mesmos uma renda na qual seus familiares são os beneficiados assim como os próprios detentos, projetos como: *Tecendo a Liberdade e Reabilitação pela Leitura* são realizados e assim trabalhando para reparar a falha governamental dentro da Unidade, trazendo para os presos uma forma de se integrarem na sociedade com menos dificuldades.

Nesse sentido, a Unidade Prisional de Parintins mesmo com tantas dificuldades realiza um trabalho visando a reabilitação dos presos na sociedade com os projetos, bem como colaborando para uma sociedade mais segura.

Deste modo, a realização da pesquisa não traz para o campo acadêmico um novo método que venha facilitar o estudo geográfico no que diz respeito ao tráfico de drogas ilícitas. Porém, tem a intensão sim, de contribuir como mais um trabalho no campo geográfico sobre o tráfico de drogas ilícitas no Brasil e principalmente no município de Parintins/AM. E ainda podendo contribuir para a minimização de tal prática que assola a segurança social em nossa cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**. – São Paulo: Editora Hucitec, 2004.
- CANTO, Daniela Glória. **Instituído e Desinstituído: Uma análise sobre a unidade Prisional de Parintins**. Jornada Internacional de Políticas Públicas. Parintins/AM. 2015
- CITELLI, Ana Clara. **Transformações e impactos socioespaciais pós implantação da penitenciária de Araraquara/SP** / Ana Clara Citelli — 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara)
- CHELOTTI, Marcelo Cervo. **A dinâmica territorialização-desterritorialização-reterritorialização em áreas de reforma agrária na campanha gaúcha**. (2013). Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/22080/12054>. 10/09/2019.
- CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais** - 2. ed. - São Paulo. Cortez, 1995. (Biblioteca da educação. Serie 1. Escola, v.16).
- CORREIA, Ademildo Passos. **“Uma Análise dos Fatores de Risco da Profissão do Agente Penitenciário: Contribuições para uma Política de Segurança e Saúde na Gestão Penitenciária”**. Universidade Federal do Paraná. Curitiba- PR. 2006.
- FERNANDES, Bruna Rafaela; RIGHETTO, Luiz Eduardo Cleto. **O sistema carcerário brasileiro**. Revista Eletrônica de Iniciação Científica. Itajaí, Centro de Ciências sociais e Jurídicas da UNIVALI. V 4, n3, p. 115-135 3º Trimestre de 2013.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **SOBRE A TIPOLOGIA DE TERRITÓRIOS**. Mirta, campesina paraguaia – Carumbey, São Pedro, Paraguai – 23 de outubro de 2008.
- FIORAVANTE, Karina Eugenia. **O espaço carcerário e a reestruturação das relações sócio-espaciais cotidianas de mulheres infratoras na cidade de Ponta Grossa, Paraná**/ Ponta Grossa, 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia – Gestão do Território), Universidade Estadual de Ponta Grossa.
- FUINI, Lucas Labigalini. **Território, territorialização e territorialidade: o uso da música para a compreensão de conceitos geográficos**. (2014). Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/tp/article/view/6155>. 09/07/2019.
- MACIEL, J. **Ordenações Filipinas – considerável influência no direito brasileiro**. Jornal Carta Forense. São Paulo, set. 2013. Disponível em: <http://www.cartaforense.com.br/conteudo/colunas/ordenacoes-filipinas-consideravel-influencia-no-direito-brasileiro/484>. Acesso em: 18 de Outubro. 2019.
- MOREIRA, Emília. **O espaço enquanto produto do trabalho**. João Pessoa: Texto Didático, 2015. (mimeo).

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. – 4ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder.** – São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, José Roberto Rodrigues. **O Fenômeno da Aprisionação em agentes Penitenciários do Estado do Paraná.** Universidade Federal do Paraná, Setor de letras e artes Departamento de Ciências Sociais UFPR. Curitiba. 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 22ª edição, Editora Cortez, São Paulo, 2002.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.). **Geografia: Conceitos e temas.** – 8ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, M. J. L. As drogas e a "questão urbana" no Brasil. A dinâmica sócio-espacial nas cidades brasileiras sob a influência do tráfico de tóxicos. IN: Iná Elias de Castro, Paulo Cesar da Costa Comes e Roberto Lobato Corrêa (organizadores). *Brasil: Questões Atuais Da Reorganização Do Território*, 5ª edição, BERTRAND BRASIL, 1996. p.419-164.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia:** contribuição para o ensino do pensamento geográfico. – São Paulo: Editora UNESP, 2004.

TSCHIEDEL, Rubia Minuzzi. **O trabalho prisional e suas implicações na saúde mental dos agentes de segurança penitenciária.** São Paulo. 2012.